

O papel da OEA na segurança regional: Um guia básico para parlamentares

Os desafios de segurança nas Américas e no Caribe são cada vez mais multidimensionais, interconectados e transnacionais. Questões como crime organizado, tráfico de drogas, ameaças cibernéticas, mobilidade humana e riscos relacionados ao clima afetam os países de maneiras diferentes, mas exigem abordagens cooperativas que vão além das fronteiras nacionais. Nesse cenário, a Organização dos Estados Americanos (OEA) serve como o principal fórum político e técnico por meio do qual os Estados-membros coordenam as prioridades de segurança regional, compartilham padrões e experiências e solicitam apoio especializado.

Para as e os parlamentares, entender como o papel da OEA na segurança regional está estruturado oferece um ponto de partida valioso para fortalecer a fiscalização legislativa, alinhar as leis e políticas nacionais aos compromissos regionais e participar de forma mais eficaz do diálogo hemisférico sobre governança da segurança. Isso é particularmente relevante à luz das prioridades adotadas pela [Rede Parlamentar sobre Segurança do ParlAmericas \(RPS\)](#), que enfatizam abordagens legislativas colaborativas para questões como crime organizado transnacional, segurança cibernética, mobilidade humana e proteção de populações vulneráveis. Este guia oferece uma visão prática das instituições, processos e instrumentos da OEA que moldam a agenda de segurança hemisférica e destaca áreas onde o engajamento parlamentar pode reforçar — e se beneficiar — do trabalho coletivo desenvolvido tanto pela OEA quanto pela RPS.

A arquitetura de segurança da OEA

No âmbito do sistema interamericano, a Organização dos Estados Americanos desempenha um papel de coordenação política e técnica em matéria de segurança. Ela não exerce funções operacionais ou de aplicação da lei, nem realiza atividades militares ou de policiamento.

O trabalho de segurança na OEA baseia-se na compreensão de que as ameaças na região são multidimensionais e interconectadas, abrangendo fronteiras e áreas políticas.

Para os legisladores, isso significa que a OEA funciona como um ator de apoio, fornecendo coordenação política, padrões compartilhados, experiências comparativas e ferramentas técnicas que podem subsidiar a legislação nacional, a supervisão e os debates sobre políticas públicas.

Funções principais da OEA em matéria de segurança:

- Coordenação política (Conselho Permanente)
- Cooperação e diálogo (Comissões)
- Assistência técnica (Secretariado)

Principais áreas de política de segurança na OEA:

- Segurança cidadã
- Prevenção da violência e do crime organizado
- Política de drogas
- Segurança cibernética
- Preparação para crises

Processo de tomada de decisões de segurança na OEA

Estabelecimento da agenda: Estados membros	Os Estados-membros podem levantar questões de segurança, propostas nacionais, desenvolvimentos regionais ou dar seguimento a mandatos existentes para serem considerados.
Discussão técnica e política: Comissões* CSH (CICAD e CICTE - ver página seguinte)	A Comissão de Segurança Hemisférica (CSH) é o principal fórum da OEA onde os Estados-membros examinam questões de segurança em profundidade, trocando experiências nacionais, dialogando com a Secretaria Geral e especialistas, e negociando projetos de resoluções e mandatos, antes que as decisões sejam tomadas pelo Conselho Permanente.
Aprovação política: Conselho Permanente*	O Conselho Permanente (CP) é o órgão da OEA responsável pela supervisão política e pela tomada de decisões em todas as matérias, incluindo segurança, por meio da adoção de resoluções e mandatos. O CP concede a autorização formal à Secretaria Geral para implementar atividades relacionadas à segurança.
Implementação e relatórios: Secretaria de Segurança Multidimensional	A Secretaria de Segurança Multidimensional (SSM) implementa os mandatos de segurança adotados pelos Estados-membros da OEA. Traduz as decisões políticas em cooperação técnica e atividades de capacitação, trabalhando a pedido dos governos e dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho Permanente e pela Comissão de Segurança Hemisférica.
Supervisão: CP/Comissões	O Conselho Permanente e as comissões monitoram o progresso por meio de relatórios da SSM e, através de discussões de acompanhamento, renovam e ajustam os mandatos conforme necessário.

Como conectar os parlamentos: Os parlamentares podem contribuir para os esforços de segurança coletiva em todo o hemisfério, alinhando a legislação nacional com os compromissos regionais e promovendo a cooperação por meio do diálogo parlamentar regional e da troca de informações.

** O Conselho Permanente da OEA e suas comissões são compostos pelos representantes permanentes de todos os Estados-membros. A liderança é rotativa, em ordem alfabética, entre os Estados-membros, com as comissões sendo presididas anualmente, e o Conselho Permanente, em rotações trimestrais.*

Órgãos Especializados de Segurança: CICAD e CICTE

No âmbito do sistema de segurança da OEA, a CICAD e o CICTE funcionam como organismos especializados, dirigidos pelos Estados-membros, que fornecem conhecimento técnico e cooperação em domínios de segurança específicos. Embora operem com um certo grau de autonomia nas suas respectivas áreas, o seu trabalho é politicamente orientado pelos Estados-membros e implementado em coordenação com a Secretaria Geral da OEA através da SSM, garantindo o alinhamento com as prioridades de segurança hemisféricas mais amplas.

Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD)

Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE)

Áreas de especialização:

- Design e avaliação de políticas de drogas
- Redução da demanda e tratamento
- Controle de oferta e desenvolvimento alternativo
- Fortalecimento institucional e legislativo
- Mecanismo de Avaliação Multilateral (MAM)

Áreas de especialização:

- Cooperação antiterrorista
- Cibersegurança e ciberdelinquência
- Segurança fronteiriça e de viagens
- Proteção de infraestruturas críticas
- Gestão e preparação antes da crise

Interseções da agenda de segurança na OEA

O trabalho de segurança na OEA se cruza com os mandatos de outras secretarias, refletindo a natureza interconectada dos desafios de segurança. Assim, a SSM pode coordenar-se com outros órgãos da OEA em assuntos específicos. Por exemplo:

- **Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD):** Iniciativas sobre segurança cidadã, prevenção do crime e confiança pública, particularmente relacionadas à resiliência institucional e à integridade eleitoral.
- **Secretaria para o Desenvolvimento Integral (SEDI):** Esforços relacionados à prevenção da violência, inclusão das juventudes, coesão social, bem como preparação para desastres, riscos relacionados ao clima, infraestrutura crítica e resposta a crises.
- **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH):** Políticas de segurança envolvendo o uso da força, detenção e medidas de emergência.

Segurança e Sistema Interamericano de Direitos Humanos

As políticas de segurança desenvolvidas e implementadas no sistema da OEA estão estreitamente vinculadas ao marco interamericano de direitos humanos, que fornece orientação normativa e supervisão sobre o projeto e a aplicação das medidas de segurança. Na prática, os padrões e recomendações emitidos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assim como a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, configuram as abordagens regionais em questões como o uso da força, a privação de liberdade, as medidas antiterroristas e a aplicação dos estados de exceção.

Relatorias principais relacionadas à segurança:

- [Mobilidade humana](#)
- [Pessoas privadas de liberdade](#)
- [Defensores de direitos humanos e operadores de justiça](#)

Tendências emergentes em segurança e considerações políticas para parlamentares¹

Por que isso é importante para legisladores?

Embora muitas respostas de segurança sejam implementadas pela polícia, promotores, agências alfandegárias e organizações internacionais, a eficácia dessas instituições depende das autoridades legais, dos mecanismos de supervisão, dos orçamentos e das estruturas de responsabilização estabelecidas pelos poderes legislativos. À medida que as redes criminosas, as tecnologias e os mercados ilícitos evoluem, as lacunas legislativas podem rapidamente se transformar em vulnerabilidades operacionais. O ambiente de segurança em constante evolução não exige necessariamente mais legislação, mas sim revisões legislativas regulares. Como muitas ameaças à segurança são cada vez mais transnacionais, as respostas legislativas podem ser mais eficazes quando se baseiam nos mecanismos e na experiência técnica existentes da OEA e são desenvolvidas em diálogo com parceiros regionais que enfrentam desafios semelhantes. As e os parlamentares, portanto, desempenham um papel fundamental para garantir que os Estados permaneçam capazes, resilientes e responsivos às ameaças emergentes à segurança.

Crime como uma economia plenamente desenvolvida e resiliência do Estado

O crime organizado opera cada vez mais por meio de economias ilícitas interconectadas, em vez de atividades criminosas isoladas. O tráfico de drogas, o tráfico de armas de fogo, o tráfico de pessoas, os crimes ambientais, os crimes financeiros e as atividades cibernéticas dependem de rotas, redes financeiras e infraestrutura logística compartilhadas, um ecossistema empresarial verdadeiramente integrado. Os grupos criminosos também convergem operacionalmente, o que lhes permite mudar suas atividades e fontes de receita em resposta aos esforços de repressão. O controle sobre o território, seja físico, digital ou do sistema prisional, tornou-se um ativo central que possibilita a diversificação e a expansão do crime. Como resultado, o risco a longo prazo vai além da violência e do tráfico, abrangendo a erosão gradual da capacidade do Estado por meio da corrupção, da infiltração institucional e, em casos extremos, da captura do Estado ou mesmo de autoridades governamentais alternativas de fato que impõem impostos e regulamentam serviços.

Questões-chave para as e os parlamentares:

- ? Os marcos legais e os mecanismos de supervisão são suficientes para superar a estrutura institucional fragmentada e compartimentada, de modo a acompanhar o ritmo das redes criminosas cada vez mais integradas?
- ? Os marcos legais existentes permitem investigações financeiras eficazes, apreensão de bens e gestão de ativos confiscados para dismantelar as bases financeiras do crime organizado?

¹ As tendências destacadas nesta seção refletem questões identificadas por funcionários do Secretariado de Segurança Multidimensional da OEA durante a Delegação Parlamentar do ParlAmericas à OEA (Washington, D.C., março de 2026).

Da cooperação à coordenação operacional

Embora a cooperação regional em segurança esteja bem estabelecida, muitas ameaças evoluem mais rapidamente do que os mecanismos tradicionais de compartilhamento de informações e assistência mútua. Organizações criminosas operam além-fronteiras, utilizam tecnologias digitais e exploram as diferenças nos marcos legais e regulatórios nacionais. Isso exige maior atenção não apenas à disponibilidade de dados, mas também à capacidade das instituições de analisá-los, convertê-los em inteligência acionável, conectá-los entre jurisdições e agir com rapidez. Questões como interoperabilidade de dados, inteligência financeira, centros de fusão de inteligência, mecanismos de investigação conjunta e plataformas seguras para troca de informações em tempo real estão, portanto, se tornando cada vez mais importantes. A região permanece amplamente dependente da cooperação bilateral e de pedidos formais de assistência jurídica, enquanto as redes criminosas operam em tempo real.

Questões-chave para as e os parlamentares:

- ? As leis existentes permitem a cooperação, o compartilhamento de informações e a coordenação de maneira adequada com parceiros regionais, ao mesmo tempo que protegem os direitos e o devido processo legal?
- ? Os marcos legais sobre provas digitais, privacidade, assistência jurídica mútua e inteligência financeira são adequados para uma ação transfronteiriça oportuna?

Desafios emergentes em armas de fogo, munições e explosivos

As armas de fogo continuam sendo um dos principais fatores de violência no hemisfério, mas outras dimensões dos mercados ilícitos de armas exigem atenção crescente. As munições são cada vez mais reconhecidas como uma vulnerabilidade crítica devido aos controles mais fracos e à capacidade limitada de rastreamento. Organizações criminosas também estão fazendo maior uso de explosivos, inclusive contra infraestrutura, bancos e forças de segurança pública. Ao mesmo tempo, tecnologias como armas de fogo impressas em 3D, armas fantasmas, drones e o comércio online de peças e componentes estão criando novos desafios regulatórios e de fiscalização.

Questões-chave para as e os parlamentares:

- ? As leis atuais abordam adequadamente as novas tecnologias, os requisitos de rastreabilidade e as novas formas de desvio e tráfico?
- ? As armas de fogo, munições, explosivos e materiais relacionados estão sujeitos a revisão legislativa periódica ao longo de todo o seu ciclo de vida, incluindo controles sobre a fabricação, transferência, montagem e rastreamento de peças e componentes essenciais de armas de fogo?

Adaptando a política de drogas às mudanças nos mercados criminais

Embora a cocaína continue sendo um dos principais motores da violência e do crime organizado em algumas partes do hemisfério, as drogas sintéticas estão mudando o funcionamento dos mercados de drogas ilícitas. Ao contrário das drogas de origem vegetal, as drogas sintéticas frequentemente dependem de precursores químicos, substâncias de uso duplo e cadeias de suprimento internacionais que podem ser desviadas de atividades comerciais legítimas. Isso cria novos desafios relacionados ao controle do comércio, à fiscalização aduaneira, à regulamentação de precursores, à cooperação transfronteiriça e à capacidade dos marcos legais de se adaptarem aos métodos de produção e tráfico em rápida transformação.

Questões-chave para as e os parlamentares:

- ? As políticas sobre drogas existentes estão preparadas para lidar com drogas sintéticas, desvio de precursores e mudanças nos métodos de tráfico?
- ? Os marcos de controle de drogas equilibram a aplicação da lei, a saúde pública, o controle do comércio, a supervisão aduaneira e os objetivos de direitos humanos?

Alinhamento entre a arquitetura de segurança da OEA e a Rede Parlamentar sobre Segurança do ParlAméricas (RPS)

O trabalho da OEA em segurança demonstra uma significativa convergência com as [prioridades adotadas pela RPS](#) em seu primeiro encontro, no Panamá, em novembro de 2025, particularmente em questões relacionadas a drogas, crime organizado transnacional e segurança cibernética. O objetivo da tabela abaixo é destacar áreas de convergência e fornecer aos parlamentares uma visão geral prática das ferramentas e iniciativas existentes da OEA que podem apoiar o engajamento legislativo em segurança nas Américas e no Caribe.

Prioridades da Rede Parlamentar sobre Segurança do ParlAmericas	Iniciativas da Secretaria de Segurança Multidimensional	Outras iniciativas interamericanas
1. Resiliência climática, segurança alimentar, mobilidade humana, saúde pública, proteção social, segurança econômica As atividades da SSM abordam elementos selecionados da segurança humana, principalmente por meio de abordagens alternativas de desenvolvimento ligadas à política de drogas e às economias ilícitas. No entanto, dimensões mais amplas, como segurança alimentar, saúde pública e proteção social, são abordadas em grande parte fora do mandato da SSM.	→ Abordagens de Desenvolvimento Alternativo no Âmbito do CICAD → Combate aos Delitos Ambientais	→ SEDI/DDS - Segurança Hídrica na Região de Trifinio → CIDH - Parecer Consultivo AO-32/25 → SSD/DAD - Quadro Regional Abrangente para Proteção e Soluções (MIRPS)
2. Violência contra mulheres, crianças e jovens; tráfico de pessoas; recrutamento por organizações criminosas O trabalho da SSM demonstra forte alinhamento em áreas relacionadas ao tráfico de pessoas e à exploração de migrantes, bem como à prevenção da violência com foco nas juventudes. A programação explícita sobre violência de gênero dentro da SSM concentra-se em migrantes e refugiados.	→ Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas → Luta contra a Exploração de Migrantes e Refugiados → OASIS: Música para a Prevenção da Violência / Resiliência Comunitária	→ CIM - Violência Contra as Mulheres na Vida Política → CIM - Convenção sobre a Prevenção, a Punição e a Erradicação da Violência contra as Mulheres (MESECVI)

Prioridades da Rede Parlamentar sobre Segurança do ParlAmericas	Iniciativas da Secretaria de Segurança Multidimensional	Outras iniciativas interamericanas
3. Crime organizado transnacional; Economias ilícitas Esta prioridade está em estreita consonância com o mandato da SSM. A Secretaria desempenha um papel central no apoio à cooperação regional contra o tráfico de armas de fogo, os fluxos financeiros ilícitos e o crime organizado, inclusive por meio da implementação de instrumentos interamericanos vinculantes.	→ CIFTA (Convenção de Armas de Fogo) → Programa de Assistência para o Controle de Armas e Munições (PACAM) → Prevenção de Crimes Financeiros → Especialistas em Lavagem de Dinheiro (GELAVEX) → Programa de Assistência Legislativa e Combate ao Financiamento do Terrorismo	
4. Drogas Esta é a área de maior convergência entre as atividades da SSM e as prioridades da RPS. Através da CICAD, a OEA mantém um portfólio integral que inclui a redução da oferta e da demanda, bem como um guia para o desenvolvimento de políticas nacionais sobre drogas.	→ Observatório de Drogas → Alternativas à Prisão para Crimes Relacionados a Drogas → Desenvolvimento Alternativo Abrangente e Sustentável (GEDAIS) → Rede Internacional para a Legislação sobre Drogas (INLOD-LAC) → Mecanismo de Avaliação Multilateral	
5. Proteção dos defensores dos direitos humanos e do meio ambiente, e dos jornalistas.		→ CIDH - Relatoria sobre Defensores dos Direitos Humanos e Operadores do Sistema de Justiça

Prioridades da Rede Parlamentar sobre Segurança do ParlAmericas	Iniciativas da Secretaria de Segurança Multidimensional	Outras iniciativas interamericanas
6. Cibersegurança, tecnologias, infraestrutura crítica A cibersegurança representa uma área altamente desenvolvida dentro do portfólio da SSM, com programas de longa data sobre crimes cibernéticos, resiliência nacional e infraestrutura crítica. Questões emergentes relacionadas à inteligência artificial estão, em grande parte, fora do escopo do mandato do SSM.	→ Programa de Cibersegurança → Programa Técnico de Cibersegurança (Infraestrutura crítica) → Projeto Cynder (Disparidade de gênero na segurança cibernética)	→ SFD/DECO - Inovação e Tecnologia Eleitoral → SFD/DGPE - Quadro Interamericano de Governança de Dados e Inteligência Artificial (MIGDIA)
7. Abordagens participativas para políticas de segurança	→ Encontros de Ministros da Segurança Pública nas Américas (MISPA)	→ SFD/ORSC - Consultas Públicas: Contribuições da Sociedade Civil → SFD/DGPE - Rede de Governo Digital (Rede GEALC) → SDD/DGPE - Apoio à Criação de Políticas de Dados Abertos



Este documento foi possível graças ao generoso apoio do Governo do Canadá, por meio do seu Ministério de Relações Exteriores.

Publicado em julho de 2026.